

Prorrogação do FSE prejudica reforma tributária, alerta Maldaner

Mais uma vez, o país corre o risco de ficar em solução paliativa na busca do equilíbrio fiscal da União, alerta senador ao pedir discussão profunda do assunto neste semestre

Denunciado uso indevido de programa

Nenhuma das prefeituras administradas pelo PMDB no Acre foi incluída na lista dos municípios beneficiados pelo programa "Comunidade Solidária", denunciou ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Situação semelhante em Santa Catarina foi apontada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB). Lúcio Alcântara (PSDB-CE) prometeu cobrar explicações. **Página 3**

Privatização da Vale é condenada

Página 4

Alcântara destaca a luta da mulher

A 4ª Conferência Mundial da Mulher, que começa dia 4 em Pequim, foi saudada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) como "uma vitória incontestável da luta das mulheres". O senador lamentou o fato de as mulheres ganharem menos e trabalharem mais que os homens em todo o mundo. **Página 4**



Maldaner: ainda não entramos no âmago da discussão

Arruda prevê redução de alíquotas dos impostos

A reforma tributária encaminhada ao Congresso pelo presidente da República, na semana passada, busca simplificar a cobrança de tributos, o que aumentará o número de contribuintes, abrindo espaço para uma redução de alíquotas de impostos no futuro, previu ontem em plenário o senador José Roberto Arruda (DF). O senador destacou que uma parte das mudanças entrará em vigor em 1997 e outra só em 1998. "Por isso, há necessidade de se prorrogar o Fundo Social de Emergência até o final de 96", acentuou.

José Roberto Arruda destacou ainda que a reforma tributária transfere ao Senado várias atribuições até agora delegadas ao Conselho Nacional de Política

Fazendária, integrado pelos secretários estaduais de Fazenda. "Essa é uma antiga reivindicação do Senado, que ficará encarregado de decidir matérias que tratam do princípio federativo." Com isso, conforme o senador pelo Distrito Federal, ficará nas mãos dos senadores colocar um fim à chamada "guerra fiscal" entre os estados.



José Roberto Arruda

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) alertou que os senadores devem discutir profundamente se devem assumir as novas responsabilidades e se terão condições de cumpri-las. Ele disse que os congressistas não podem errar na reforma tributária, "sob pena de piorar, e não de melhorar, o atual sistema".

Depois de considerar "fracas" as reformas constitucionais votadas até agora pelo Congresso, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) mostrou-se ontem preocupado com a intenção do governo de prorrogar para até o final de 96 o Fundo Social de Emergência. Segundo Maldaner, na campanha eleitoral de 94 foi prometida uma reforma profunda e agora o governo e o Congresso devem ter coragem de discutir e aprovar mudanças que acabem de uma vez por todas com o desequilíbrio orçamentário da União.

- Se prorrogarmos o Fundo Social de Emergência por mais um ano, o governo irá se sentir à vontade. Nesse caso, se a reforma tributária proposta não for aprovada, para o governo tanto faz. E mais uma vez correremos o risco de ficarmos com medidas paliativas - frisou Casildo Maldaner.

As mudanças profundas para equilíbrio fiscal da União devem ser discutidas e aprovadas neste semestre, já que em 96 os congressistas estarão voltados basicamente para as eleições municipais, previu o senador por Santa Catarina. Segundo ele, as emendas votadas pelo Congresso no primeiro semestre buscaram apenas a desconstitucionalização de alguns assuntos.

"Ainda não entramos no âmago das reformas que darão equilíbrio fiscal ao Estado e agora já se noticia a intenção de se prorrogar o Fundo Social de Emergência. Isso me deixa muito preocupado", assinalou Maldaner.

Comissão ouve hoje secretários sobre endividamento de estados

Objetivo é discutir modificações na resolução que disciplina as operações de crédito internas e externas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), recebe hoje, às 10h, os secretários estaduais de Fazenda para debater em reunião secreta modificações na Resolução 11/94, que dispõe sobre operações de crédito internas e externas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A CAE volta a se reunir na quinta-feira (dia 31), também às 10h, para discutir o parecer do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN)

sobre o projeto de Lei de Patentes.

Na tarde de hoje serão realizadas reuniões de quatro comissões. Às 14h, a Comissão Especial sobre programação de rádio e tevê ouvirá o diretor artístico da Divisão Internacional da Rede Globo, Geraldo Casé, que apresentará sua visão de



Gilberto Miranda, presidente da CAE

como será a televisão no ano 2000.

Às 17h30, estará se reunindo a Comissão Especial do Projeto Calha Norte, para definir a pauta de depoimentos a serem tomados durante a vistoria das fronteiras do Brasil com a Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

A Comissão do Vale do São Francisco realizará às 17h painel sobre meios de transporte, articulação intermodal e escoamento da produção, com a participação de representantes de órgãos ligados ao setor. Para o mesmo horário, a CPI da Mineração agendou reunião de trabalho. A mesma CPI convocou outras reuniões para quinta-feira (dia 31), em Belo Horizonte, e sexta-feira e sábado (dias 1º e 2), em Governador Valadares.

Odacir Soares pede mais verbas para Calha Norte

As dotações destinadas ao Programa Calha Norte no Orçamento da União são insuficientes e precisam ser reforçadas para garantir a continuidade dos esforços desenvolvidos pelo projeto, advertiu ontem o senador Odacir Soares (PFL-RO).

O senador afirmou que o programa "transcende em muito o aspecto de vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, para se mos-

trar um projeto governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros cuja presença em áreas inóspitas assegura nossa posse sobre a região".

Soares lembrou que o Calha Norte abrange uma área correspondente a 14% do território brasileiro e 41% das nossas fronteiras, numa região de difícil acesso, baixa densidade populacional e grande carência de recursos, sendo, portanto,

"irrisória" a soma de US\$ 150 milhões investida no Programa ao longo dos dez anos de sua implantação.

O senador promete retornar ao assunto após a apresentação do relatório da Comissão Especial Mista do Congresso, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), incumbida da reavaliação e estudo de medidas que promovam o revigoramento das diretrizes que orientam o Programa.



Odacir Soares

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despacho Interno.

12h - Delegação Parlamentar Japonesa.

14h30 - Presidência Sessão Ordinária do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a PEC nº 17/91, que eleva o limite de idade para aposentadoria compulsória, de 70 para 75 anos. (Segundo dia útil de discussão; parecer favorável, proferido em plenário, em substituição à CCJ.) *PLS nº 161/95, que condiciona a privatização da Companhia Vale do Rio Doce a autorização do Congresso Nacional.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Reunião secreta destinada a debates com os secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal sobre: modificações na Resolução nº 11/94-SF, que trata da dívida dos estados. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h - Comissão Especial destinada a analisar a programação de Rádio e TV no País

Pauta: Exposição do diretor artístico da Divisão Internacional da Rede Globo, Geraldo Casé. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão do Vale do São Francisco

Pauta: Painel sobre meios de transportes, articulação intermodal e escoamento da produção. Palestrantes: presidente da Valec Engenharia, Luiz Raimundo Azevedo; presidente da RFFSA, Isaac Popoutchi; secretário de Energia, Transportes e Comunicação do Estado da Bahia, deputado Eraldo Tinoco; diretor-geral do DNER, Tarciso Delgado; e presidente do Geipot, Carlos Alberto Vanderlei Nóbrega. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Reunião de trabalho. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h30 - Comissão Especial destinada a avaliar o Projeto Calha Norte

Pauta: Reunião de trabalho para definir a pauta de depoimentos na viagem que a comissão fará no sentido de vistoriar as fronteiras do Brasil com Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

Francelino defende seguro contra quebra de banco

Senador teme ameaça à estabilização da economia e defende a regulamentação do dispositivo constitucional que trata do sistema financeiro nacional



Ramez Tebet

Tebet acusa BC de não fiscalizar

O Banco Central não está cumprindo sua verdadeira finalidade, que é a de fiscalizar, regulamentar e controlar o sistema financeiro do país, mediante uma ação preventiva, afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS). "O que ocorre atualmente com o sistema bancário brasileiro poderia ter sido evitado caso o BC cumprisse o seu papel", afirmou.

Ramez Tebet considerou inadmissível que, tendo o Banco Central esse papel, os pequenos e médios poupadores tenham prejuízo. "a exemplo do que está ocorrendo com os clientes do Banco Econômico", declarou. Tebet disse esperar que o governo adote mecanismos capazes de proteger as parcas economias dos aposentados, pensionistas e pequenos correntistas.

Para o senador, "é muito dolorida" a situação dos pequenos poupadores, sem qualquer garantia para seus depósitos bancários. Ramez Tebet manifestou sua intenção de aguardar "a propalada" iniciativa do governo no sentido de se exigir seguro para a garantia desses depósitos indispensáveis ao sustento dos pequenos e médios poupadores.

O fenômeno das liquidações e intervenções no sistema bancário estatal e privado é um desafio à consolidação do programa de estabilização da economia brasileira. O alerta foi feito ontem pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG) ao defender a imediata regulamentação do artigo 192 da Constituição que trata da organização e funcionamento do sistema financeiro do país.

"Se tal regulamentação já estivesse em vigor, instrumentos como o seguro depósito já estariam disponíveis para proteger os correntistas dos maus



Francelino Pereira

Francelino Pereira informou que as intervenções e liquidações extrajudiciais promovidas pelo Banco Central nos últimos dez anos já consumiram recursos do Tesouro avaliados em US\$ 13 bilhões. "Uma soma fantástica que, se tivesse

gestores das instituições financeiras", acrescentou Francelino. O senador reconheceu, porém, que a regulamentação exige uma grande dose de determinação política do governo e do Congresso.

sido empregada em educação, saúde, saneamento e segurança pública, certamente teria contribuído para melhorar os deploráveis indicadores sociais do país".

O senador lembrou o "episdio marcante" ocorrido com a liquidação da Caixa Econômica de Minas Gerais - a MinasCaixa - decretada em março de 1991, quando foram fechadas 358 agências e 11 mil pessoas perderam seus empregos. "Decorridos mais de 4 anos da liquidação, o processo continua se arrastando pelos desvãos da burocracia e meio milhão de correntistas ainda aguardam a liberação de seus depósitos." Francelino lamentou que essa intervenção pode estender-se por mais cinco, 10 ou até 15 anos.

Senadores denunciam uso político de programa

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) denunciou ontem em discurso que o governador do Acre, Orleir Cameli, "aproveitando-se da confiança dos dirigentes do Programa Comunidade Solidária", manipulou a lista de municípios beneficiados no Acre. Na sua opinião, houve discriminação, pois nenhuma das cidades administradas pelo PMDB consta da lista.

Segundo o parlamentar, a suspeita inicial resultou, antes da denúncia, em consulta à secretária-executiva do Comunidade Solidária, Anna Maria Peliano. Em sua resposta, ela confirmou que "a indicação dos municípios que integrarão o programa, nesta etapa inicial, é de responsabilidade do governo do estado", frisou.

O senador lamentou que o programa, num momento em que o governo anuncia novos tempos de moralidade política

e financeira, esteja sofrendo interferência de governadores com vistas a destinar recursos apenas a "municípios administrados por aliados ostensivos ou tácitos". O fato de a secretária do programa ter afirmado também que outros municípios serão incluídos numa segunda etapa, "na medida em que as restrições orçamentárias ora existentes forem superadas", não entusiasmou o senador. Não é possível fazer qualquer previsão responsável sobre essa outra etapa, concluiu ele.

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC), um dos signatários da consulta à secretária-executiva do Comunidade Solidária, confessou-se deses-



Nabor Júnior

perançado com os rumos do programa: "Ele não está sendo criterioso", disse.

A reclamação também é generalizada entre os prefeitos de Santa Catarina, registrou o senador Casildo Maldaner (PMDB). Os

municípios que implementaram programas de combate à miséria não foram beneficiados, afirmou, o que permite questionar "um privilégio à ineficiência". O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) concordou que Nabor Júnior "tem razão em seu estranhamento" e afirmou que cobrará informações de Anna Maria Peliano.

Sarney condena privatização da Vale

Ao sair ontem à tarde do plenário, o presidente do Senado, José Sarney, voltou a manifestar sua posição contrária à privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Ele argumentou que, como a empresa não opera em setor monopolístico e atua em nove Estados, registrando lucros, não há razão para ser vendida para a iniciativa privada.

"Não vejo motivo para que esta empresa tenha prioridade num programa de privatização. Mais do que uma companhia, a Vale é uma agência de desenvolvimento social", declarou o presidente do Senado. Indagado sobre seu apoio ao projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que obriga o Executivo a submeter à aprovação do Legislativo a privatização desta estatal, Sarney respondeu que provavelmente o apoiará.

Previsto para ser votado hoje, o projeto de Dutra modifica a Lei nº 8.031/90, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização. O senador argumenta que a Vale não pode ser privatizada sem a autorização do Legislativo, entre outros motivos, porque sua avaliação envolve a concessão de exploração do subsolo brasileiro. Conforme Dutra, o lucro da empresa no ano passado foi de US\$650 milhões.

Cabral apóia controle externo sobre atividades do Judiciário

Senador quer órgão independente de fiscalização, com membros escolhidos e aprovados pelo Senado

A forma pela qual se deve coibir o abuso de magistrados negligentes deve passar pelo Senado. A idéia foi defendida ontem pelo senador Bernardo Cabral (PP-AM), ao comentar artigo do professor Miguel Reale, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no último dia 12, em que aborda a reforma do Judiciário.

Segundo o senador, Reale analisa a "crise da Justiça" e aponta sugestões como a criação de um órgão externo de fiscalização composto por um advogado indicado pela OAB e outros quatro juristas de notó-



Bernardo Cabral: solução passa pelo Senado

rio saber escolhidos por um conselho e aprovados pelo Senado. Esse órgão, de acordo com Cabral, teria o poder de afastar juízes negligente e corruptos.

- Com essa medida, o Senado retomaria aquele caminho

que lhe dá a respeitabilidade que merece - afirmou o senador.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE) disse que, ao colocar o Judiciário em seu verdadeiro patamar, Cabral "re-escreve seu próprio passado como presidente da OAB e relator da Constituinte". Valadares sugeriu a

Cabral que, em conjunto com o Supremo Tribunal Federal, o Senado estudasse uma fórmula de fazer com que os milhares de processos que emperram os trabalhos do STF sejam julgados em instâncias inferiores.

Alcântara destaca conferência mundial da mulher

A civilização, tão orgulhosa dos seus próprios feitos tecnológicos, convive sem o menor pudor com o fato de as mulheres, em todo o mundo, ganharem menos e trabalhar mais que os homens. O ponto de vista foi manifestado ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao destacar a 4ª Conferência Mundial da Mulher, patrocinada pela ONU, que começa dia 4 de setembro, em Pequim. Segundo o parlamentar, a reunião marcará o fim do século 20, "que foi testemunha do progresso de uma efetiva igualdade entre homens e mulheres".

Lúcio Alcântara destacou a participação da primeira dama



Alcântara: delegação brasileira é a mais avançada

do Brasil, Ruth Cardoso, que chefiará a delegação brasileira em Pequim, lembrando que a plataforma da delegação brasileira é a mais liberal e a mais avançada entre os países da América Latina.

"É preciso ampliar essa visibilidade para permitir que o mundo veja que, onde se permitiu o avanço das mulheres, houve crescimento econômico, e onde elas foram cerceadas houve estagnação", observou Lúcio Alcântara, referindo-se a relatórios divulgados pelos organizadores da conferência. Para o senador, a realização do encontro na China "é uma vitória incontestável da luta das mulheres".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.